



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2018
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Contratação de empresa para execução em regime de empreitada global fornecimento de material e mão de obra para a construção do Centro Administrativo com **624,70m²**, conforme Programa POE/PIMES Badesul – Contrato nº 004/2018, localizado na Rua Luiz Slongo, centro. município de Santo Expedito do Sul, conforme estabelecido neste edital e seus anexos.

AMARILDO NEGRINI, Prefeito Municipal de Santo Expedito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que, às **09h00min, do dia 25 de maio de 2018**, junto à sede administrativa do Município, no Setor de Licitações, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitações, onde serão recebidos e abertos os documentos e propostas, conforme as condições seguintes:

1 – DO OBJETO

A presente Licitação tem por objetivo a Contratação de empresa para executar todas as atividades inerentes a construção do Centro Administrativo com **624,70m²**, conforme Programa POE/PIMES Badesul – Contrato nº 004/2018, localizado na Rua Luiz Slongo, município de Santo Expedito do Sul, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, conforme estabelecido neste edital e seus anexos.

1.1 A presente licitação trata de obra conforme projeto aprovado pelo Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS.

1.2 As etapas a serem executadas, quantitativa e financeiramente, constam nos respectivos anexos ao edital, devendo ser observadas as planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros para a execução da obra:

Valor orçado para a execução da obra R\$ 1.116.127,85.

1.2.1- Os serviços objeto desta Licitação serão executados pelo regime de empreitada por preço unitário.

1.2.2- Critério de julgamento será o de **Menor Preço Global**.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

1.2.3- A licitante se responsabilizará única e exclusivamente pelos encargos sociais, fiscais, ambientais e trabalhistas decorrentes da presente licitação. De maneira alguma o município poderá ser responsabilizado por indenizações de natureza trabalhista em virtude do vínculo existente entre a licitante e seus empregados.

2 – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar da presente Tomada de Preços as pessoas jurídicas com atividade compatível com o objeto deste Edital e que cumpram os requisitos exigidos.

2.2 – DAS VEDAÇÕES LEGAIS

2.2.1 – É vedada a participação nesta licitação das empresas:

2.2.1.1 – Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

2.2.1.2 – Sob processo de falência ou concordata;

2.2.1.3 – Impedidas de transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

2.2.1.4 – Cujo servidor, dirigente do órgão ou responsável pela Licitação tenha participação direta ou indireta com o licitante;

2.2.1.5 – Cooperativas de trabalho:

2.2.1.5.1 - Considerando que toda a relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral, não eventual, seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regulada obrigatoriamente pela CLT ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho com a Administração Pública;

2.2.1.5.2 - Considerando que a legislação consolidada, em seu artigo 9º, comina nulidade absoluta a todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

2.2.1.5.3 - Considerando que as cooperativas, nos termos do Art. 4º da Lei 5.764/71, “são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”;

2.2.1.5.4 - Considerando que as cooperativas podem prestar serviços a não-associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

norma estatutária (Art. 86 da Lei 5764/71), aspecto que determina a impossibilidade jurídica de as cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra ou de prestação de serviços terceirizados;

2.2.1.5.5 - Considerando que, segundo orientação consolidada pelo TST, a Administração Pública responde subsidiariamente pelo adimplemento das obrigações trabalhistas das prestadoras terceirizadas (Súmula 331), e ainda;

2.2.1.5.6 - Considerando que os trabalhadores envolvidos na execução dos serviços por intermédio de cooperativas, embora laborem em situação fática idêntica à de empregados de empresa terceirizadas, estão ao largo de qualquer proteção jurídico-laboral, em afronta aos princípios da isonomia, da dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput, e 1º, III e IV da Constituição da República), **razões pelas quais fica proibida a participação de cooperativa de trabalho no presente certame.**

3 – DA HABILITAÇÃO

3.1 - Poderão participar da Licitação, pessoas jurídicas, de acordo com as especificações do presente Edital.

3.2 - Somente estarão aptas a participar do procedimento licitatório as pessoas jurídicas, que solicitarem cadastramento **até o terceiro dia útil** anterior a abertura das propostas, ou seja, até o dia **22 de março de 2018 as 16:00 horas.**

3.3 - Para fins de registro no Cadastro de Fornecedores e implementação de condição para participação no procedimento licitatório, **às pessoas jurídicas deverão apresentar e comprovar:**

3.3.1 - A sua **Habilitação Jurídica**, através:

- a) Cédula de identidade dos diretores;
- b) Registro comercial no caso empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações ou entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos, acompanhamento de documento de eleições de seus administradores;
- d) Declaração que aceita os termos e condições do Edital, em todas as fases de licitação e que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento do objeto licitado;
- f) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- g) Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

h) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

i) Em sendo a participante empresa na forma de cooperativa, deverá apresentar certidão fornecida pelo Ministério Público do Trabalho, da área de abrangência onde se encontra a sede da cooperativa, de que não possui restrições para contratação perante a administração pública na forma dos serviços especificados no presente edital.

3.3.2 - A sua Regularidade Fiscal, via:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado, ou do Município (alvará municipal) relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal na sede da empresa;
- e) Prova de regularidade junto ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de acordo com a Lei Federal nº 12440/2011.
- g) Declaração emitida pela empresa vencedora que não possui em seu quadro social servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública do órgão celebrante.

3.3.3 – A sua Qualificação Técnica, via:

a) Certidão de registro na entidade profissional competente (CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo) da empresa e do(s) profissional(is) e responsável(is) técnicos(s) que será(ão) responsável(is) pela obra objeto deste edital.

b) Prova da empresa possuir no quadro funcional permanente profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, tudo devidamente atestado pelo CREA, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:

c) A comprovação que o responsável técnico, que se fará presente durante a execução de toda a obra, faz parte do atual quadro permanente da empresa se dará através da apresentação de Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA onde conste o nome do profissional indicado pela empresa licitante, ou ainda através de cópia autenticada da CTPS quando se tratar de



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

empregado, ou contrato de prestação de serviços, ou mediante apresentação do contrato social ou estatuto no caso de sócio, diretor da empresa ou assemelhado.

a) A prova de que o profissional, indicado no item 8.3.1.1, é detentor de responsabilidade técnica, será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou certidão do mesmo.

d) Prova de registro da empresa e do(s) seus(s) responsável(is) técnico(s) que responderá(ão) pelo objeto da Licitação, junto à entidade profissional competente (CREA), da localidade da sede da Licitante, com visto do CREA/RS (Certidões de Registro Pessoas Física e Jurídica). Quando se tratar de empresa com sede localizada fora do Estado do Rio Grande do Sul, a mesma deverá ter seus registros visados no CREA/RS, como condição de validade do mesmo e de reconhecimento de sua habilitação para funcionar no Estado do Rio Grande do Sul, conforme Resolução do CONFEA nº 413, de 27 de junho de 1997.

e) A Comprovação de capacidade técnica operacional, através da apresentação de 01 (um) Atestado/Certidão de Capacidade Técnica, em obra civil, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA, que comprove a execução pela licitante ou pelo seu responsável técnico de obra(s) compatível(is) em características, quantidades e prazos com objeto da licitação.

f) O visto para participação nesta licitação não importa em validade para a assinatura do contrato, devendo o vencedor da Licitação, que teve seu registro visado, solicitar ao CREA/RS o visto para execução de obras ou prestação de serviços, caso ainda não o tenha, em conformidade com o art. 5º da Resolução n.º 413 do CONFEA, de 27 de junho de 1997.

g) Relação nominal da equipe técnica, até o nível de encarregado, que participará dos serviços objeto da Licitação.

h) Declaração individual, do pessoal técnico de nível superior indicado para a execução dos serviços - Engenheiro(s) Preposto(s) - autorizando a sua inclusão na equipe de trabalho.

i) Da visita técnica, Os interessados deverão entrar em contato com a Secretaria Municipal de Administração, situada na AV. José Pilonetto nº 741, através do telefone 54-3396-1166 ou 1188, **Não haverá vistoria sem prévio agendamento, o qual deverá ser formulado pelo fone nº (54) 3396-1188, a vistoria deveser no dia 22 de maio de 2018 das 7:30h as 11:30h das 13:00h as 16:00h.** A visita deverá ser efetuada pelos responsáveis técnicos das empresas, que deverão apresentar carta de credenciamento e certidão de Registro do CREA de origem, comprovando a representação técnica. Não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços. O Atestado de Vistoria fornecido pelo MUNICÍPIO DE SANTO EXPEDITO DO SUL RS, conforme modelo “TERMO DE VISTORIA” demonstrado no anexo deste Edital, devidamente assinado pelo representante da



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

empresa licitante e pelo representante da Prefeitura Municipal de Santo Expedito do Sul RS, no envelope (HABILITAÇÃO).

3.3.4 – A sua Qualificação Econômica-Financeira, via:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, da data de recebimento das propostas.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social. Caso a empresa for constituída a menos de um ano o licitante deverá apresentar o Balanço de Abertura.

c) Os documentos enumerados nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário do Município, ou por publicação em um órgão da imprensa oficial, ficando dispensados somente os documentos originais emitidos pelo sistema de Internet.

3.5 - A empresa que pretende se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei complementar 123, de 14/12/06, deverão apresentar, no envelope de habilitação, DECLARAÇÃO, firmada por contador de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além dos demais documentos previstos neste edital.

3.6 - A microempresa e Empresa de pequeno porte, que atender ao item 3.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame;

3.7 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa ou a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresente alguma restrição;

3.8 - O prazo de que trata o item 3.6, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo;

3.9 - A não regulamentação da documentação, no prazo fixado no item 3.8, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízos das penalidades previstas no edital, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4 - CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

4.1 - As propostas serão recebidas pela Comissão Permanente de Licitações, em uma via datilografada ou impressa assinada em última folha e rubricada nas demais sem rasuras ou emendas em dois envelopes distintos, fechados, contendo na sua parte externa as seguintes inscrições:

MUNICÍPIO DE SANTO EXPEDITO DO SUL - RS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 013/2018
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

MUNICÍPIO DE SANTO EXPEDITO DO SUL - RS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 013/2018
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

4.2 - O envelope nº 1 deverá conter:

a) Certificado de registro Cadastral fornecido pelo Município, e específico para o presente processo licitatório, o qual comprovará o atendimento das disposições do item 3.3.1. ao 3.3.4 do presente edital, inclusive os documentos de regularidade fiscal que tenham vencido entre a expedição do Certificado de Registro Cadastral e o recebimento das propostas;

b) Se o proponente for representado por procurador, deverá juntar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

c) Declaração da empresa que pretende se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei complementar 123, de 14/12/06, firmada pelo contador, quando enquadrada nesta situação;

d) Declaração de Renúncia ao Prazo Recursal (facultativa).

4.3 - O envelope nº 02 deverá conter:

a) A proposta de preços que deverá ser datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não podendo ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas, constando o CNPJ, a razão social, endereço e telefone atualizado e endereço completo, nos moldes sugeridos no **anexo** deste edital;

b) Planilha Orçamentária, nos moldes do **anexo** fornecido pelo Projeto Padrão contendo orçamento discriminado em preço unitário e global, mão-de-obra e materiais, expresso em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas depois da virgula, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado; assinado pelo representante legal da licitante;

c) Cronograma Físico-Financeiro, nos moldes do **anexo** fornecido pelo projeto padrão assinado pelo representante legal da licitante;



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

d) Declaração do proponente de que se responsabiliza pela execução das obras e/ou serviços e pela fiel observância das especificações técnicas, assinada pelo representante legal da licitante.

e) Será desclassificada a proposta que exceder o valor global constante no item 3.1 deste edital.

f) O preço, unitário ou global considerado inexequível, na forma legal acarretará a desclassificação da proposta.

4.4 - Nos preços propostos deverão constar e serem computados todas as despesas, dos serviços e/ou equipamentos com encargos sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas no edital, e relativa aos trabalhos, objeto dos itens desta licitação.

4.5 - Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida a erro ou má interpretação de parte da licitante.

4.6 - Não serão consideradas as propostas que contiverem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões;

4.7 - Uma vez abertas às propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições apresentadas.

4.8 - A apresentação de propostas implica na aceitação por parte do licitante das condições estabelecidas neste edital e seus anexos carecendo de validade qualquer nova proposição em desacordo com as referidas condições.

4.9 - O prazo de validade da proposta é de 12 (doze) meses a contar da data apazada para sua entrega.

5 – DO JULGAMENTO

5.1 - O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora tendo por base **o menor preço global**, objeto do presente edital;

5.2 - Será considerado vencedor o que tiver menor preço;

5.3 - Esta licitação será processada e julgada com a observância ao disposto nos artigos 43 e 44 da Lei 8.666/93;

5.4 - Esta licitação será processada e julgada por uma Comissão de Licitação, que poderá ser assessorada por técnicos e/ou especialistas.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

5.5 - Serão desclassificadas as propostas com preços excessivos ou que, após análise da Comissão de Licitação, contiverem preços manifestamente inexequíveis. Neste caso, antes da desclassificação, a Comissão de Licitação marcará, por escrito, o prazo de 05 (cinco) dias corridos para que a firma prove, por escrito, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e com o preço atualizado do orçamento anexo ao edital. Se a justificativa não for aceita, efetivar-se-á a desclassificação.

6 – CRITÉRIO DE DESEMPATE

6.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte que atenderem ao item 3.5, deste edital.

6.1.1 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

6.2 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa e a empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa e a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 3.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.3 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte, satisfizer as exigências do item 6.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.4 - O disposto nos itens 6.1 à 6.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (que satisfaça as exigências do item 3.5, deste edital).

6.5 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

7 - ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

7.1 - Caberá à Comissão Permanente de Licitações:

7.1.1 - Receber os envelopes contendo a “documentação” e a “proposta”, na forma estabelecida neste Edital;

7.1.2 - Proceder à abertura dos envelopes contendo a “documentação”, que será rubricada por todos os presentes, folha por folha;

7.1.3 - Examinar a documentação, nos termos deste Edital, rejeitando a apresentada de maneira deficiente ou incompleta (neste caso, o envelope de nº 02 - “proposta”, fechado e rubricado por todos os presentes, será devolvida ao interessado após homologação do julgamento final da Tomada de Preço, objeto deste Edital), observando as disposições atinentes à habilitação da regularidade fiscal, conforme item 3.6.

7.1.4 - Uma vez abertos os envelopes da “documentação”, após terem sido julgados habilitados ou rejeitados os concorrentes, na mesma sessão pública, a Comissão Permanente procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, determinando que sejam lidas e rubricadas pelos presentes.

7.1.5 - Devolver os envelopes contendo as “propostas” dos concorrentes inabilitados.

7.1.6 - Lavrar atas circunstanciadas das sessões da licitação, que serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente e por todos os licitantes presentes, independente de terem ou não sido julgados habilitados.

7.1.7 – Após o término dos trabalhos, elaborar o relatório final, concluindo, formal e explicitamente, com a recomendação do proponente vencedor, nos termos dispostos neste Edital, podendo ainda, quando julgar conveniente, propor a revogação ou anulação da certame, dentro do prazo, justificando a proposição;

7.1.8 – Promover diligência, em qualquer fase da licitação, diligência, visando esclarecer ou completar a instrução do processo.

8 - DOS RECURSOS

8.1 Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos dos artigos 41 e 109 da Lei nº 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

8.2 Não serão conhecidos recursos cuja parte tenha sido apresentada fora do prazo legal e/ou subscrito por procurador não habilitado legalmente no processo a responder pelo licitante.

8.3 A impugnação deste Edital e de seus anexos deverá ser dirigida à autoridade que assinou o Edital e protocolada no Departamento de Protocolos da Prefeitura Municipal de Santo Expedito do Sul – RS.

8.4 Para fins de recebimento e análise dos recursos poderão ser interpostos via e-mail: admexpeditense@gmail.com, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, dentro do prazo regulamentar, desde que a licitante apresente o respectivo original, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias corridos da data do término do prazo recursal.

8.5 A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não serão conhecidos.

9 - PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

9.1 - Após esgotados todos os prazos para recursos (previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93), a Administração, no prazo de até 10 dias, convocará o vencedor para celebrar o contrato;

9.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada;

9.3 - Se, dentro daquele prazo, o convocado não se manifestar, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e condições, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelo artigo 81 e 87 da Lei Federal 8.666/93.

10 - DA DOTAÇÃO

10.1 - As despesas e/ou custeio da aquisição do objeto da presente licitação serão atendidas com recursos sob as seguintes rubricas:

4490.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

11 – DA EXECUÇÃO

11.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a autoridade superior homologará a presente Licitação, ficando o licitante vencedor obrigado a entregar o objeto contratado, não o fazendo poderá incorrer nas sanções previstas nos art. 81, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com as seguintes condições:



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

a) Antes do início da obra, a **CONTRATADA**, deverá apresentar ART de execução de responsável técnico da obra, vinculada a do projeto, bem como efetuar o seu respectivo Registro (Matrícula), junto ao INSS;

b) O prazo para execução da obra desta **TOMADA DE PREÇOS** é de **12 (doze) meses da ordem de execução de serviços**.

c) Toda alteração de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Município.

d) Quando da entrega da obra, o Município emitirá um **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, e terá um prazo de até 30 (trinta) dias úteis para verificação da conformidade do objeto com a especificação do Edital.

e) Após a verificação, e consequente aprovação pelo Departamento de Engenharia, será dada aceitação e emitido **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

12 – DAS CONDIÇÕES DA MEDIÇÃO, DO PAGAMENTO E REAJUSTE

12.1- Os pagamentos serão efetuados diretamente do BADESUL para a CONTRATADA, em até 30 dias da entrega da documentação solicitada para ao Município como Notas Fiscais, Boletins de Medição, fotos das obras, empenhos, fiscalização de um Engenheiro do Banco, Negativas do Município e Cadin/RS atualizados.

12.2- Os recursos do Contrato Badesul/Pimes não circularão pelo Município.

12.3- A Contrapartida será paga pelo Município, em até 15 dias, de acordo com a porcentagem descrita no Quadro de Usos e Fontes do Projeto, sendo os pagamentos proporcionais a Nota Fiscal, não podendo ser parcelados, sendo pagos através de transferência bancária, doc ou depósito na conta da empresa, apresentando o comprovante de pagamento a cada solicitação de liberação.

12.4- O CNPJ constante da fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho.

12.5- O pagamento poderá ser susado pela Prefeitura Municipal de Santo Expedito do Sul , caso ocorra inadimplemento das obrigações da Contratada para com a Prefeitura Municipal de Santo Expedito do Sul e/ou erros ou vícios na fatura, o que implicará na devolução eventualmente pago.

12.6- As faturas mensais relativas aos serviços executados pela CONTRATADA deverão conter as quantidades e valores de todos os serviços executados a partir do início das obras figurando como importância a pagar em dado mês, a diferença entre o total já faturado nos anteriores e o do mês em cobrança, devendo constar, obrigatoriamente, nas Notas Fiscais/Faturas, o número da correspondente medição, servindo tal documento de comprovação de recebimento dos serviços e respectivos quantitativos constantes desse documento.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

12.7 - Nos preços unitários contratados, estarão embutidas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham incidir sobre os mesmos, bem como os custos de transportes, materiais, perdas, mão-de-obra equipamentos, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além de outros necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços/obras.

12.8 - O pagamento será efetuado em 10 (dez) parcelas, conforme execução da obra constante no cronograma físico-financeiro incluso no presente edital e apresentado pela licitante, mediante aferição da Prefeitura Municipal, extração de Nota Fiscal, e apresentação de CND (certidão negativa de débitos) do INSS, FGTS e CNDT em todas as parcelas. Os pagamentos serão proporcionais aos percentuais de conclusão de cada etapa do cronograma físico inclusos no presente edital e apresentado pela empresa licitante.

12.8.1- Os pagamentos são efetuados diretamente do Badesul ao licitante vencedor. Os recursos do Pimes não circulam por conta do município.

12.8.2- O prazo para pagamento, estando toda a documentação correta, é de 30(trinta) dias após a data de protocolo no Badesul.

12.9 - O pagamento da primeira parcela será ao término da etapa do cronograma físico, após vistoria do Setor de Engenharia por meio de Engenheiro responsável pela fiscalização, ficando condicionado à apresentação da matrícula da obra no INSS e da guia de ART assinada por responsável técnico referente a execução da mesma.

12.10 - O pagamento da última parcela fica condicionado a conclusão da obra e após vistoria pelo Engenheiro responsável pela fiscalização, além da apresentação da CND da matrícula da obra no INSS.

12.11- Os preços cotados poderão ser reajustados nos termos da Lei nº 8.666/93.

12.12- Se, das avaliações estabelecidas nos itens anteriores resultarem exigências a cumprir, o CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento das parcelas de recursos correspondentes até que sejam atendidos pela CONTRATADA todos os requisitos correspondentes que, em decorrência, vierem a ser formulados pelo Município de Santo Expedito do Sul, através de laudos competentes.

13 – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 - A licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, deverá prestar a garantia nas modalidades previstas consoante no artigo 56 “caput”, § 1º, 2º e 4º da lei Federal 8.666/93, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta. Caso a licitante optar pela carta de



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

fiança bancária ou seguro garantia, esta deverá ser apresentada no seu original e terá validade por todo o período de execução do contrato.

13.1.1 - Caso a licitante optar pelo depósito em moeda corrente, este deverá ser depositado junto à conta de nº 8163-9 da agência 1413-3 do Banco do Brasil, em nome do Município de Santo Expedito do Sul.

13.1.2 - A garantia prestada será liberada ou restituída, ao término da vigência do contrato, se não utilizadas nas formas do artigo 86, parágrafo 3º. da Lei 8.666/93. Contudo, reverterá a garantia a favor do Município, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da licitante vencedora, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis. Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida, deverá sofrer atualização monetária. A garantia será liberada após o recebimento definitivo da obra.

14 – DAS PENALIDADES

14.1 Na execução do contrato poderão ser aplicadas as seguintes penalidades à Contratada, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) Advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;

b) Suspensão do direito de participar em licitação do **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ou ainda, declarar inidônea para contratar ou transacionar com o Município.

c) Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

d) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 01 (um) ano;

e) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos;

14.2 As multas serão calculadas sobre o montante inadimplido do contrato.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa em preclusão de seu direito de participar das fases subsequentes;

15.2 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital;



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

15.3- Por tratar-se de obra em regime de **Empreitada Global**, os quantitativos apresentados na planilha de orçamento, constante do anexo "III" deste Edital, são meramente estimativos, devendo a empresa licitante formular proposta com base no Memorial Descritivo e plantas de projeto constante do anexo retro citado, não sendo aceitas alegações posteriores de que não houve previsão de materiais ou serviços nos quantitativos apresentados.

15.4 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e proposta exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, ficando, neste caso, as propostas inabilitadas, sem direito ao recurso previsto na Lei Federal 8.666/93;

15.5 - Não será admitida, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento;

15.6 - Os documentos retirados dos envelopes, para o julgamento da habilitação, serão rubricados pela Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes ou procuradores das empresas licitantes. O procedimento será repetido quando da abertura das propostas;

15.7 - Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da comissão permanente;

15.8 - A obrigação do recolhimento das obrigações previdenciárias será da empresa contratada.

15.9 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a “Documentação”, não serão admitidos à licitação os concorrentes retardatários;

15.10 - Ao Prefeito fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular a presente licitação, conforme lhe faculta o artigo 49 da Lei Federal 8.666/93;

15.11 - Em caso de desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério do Prefeito, poderá aplicar qualquer uma das sanções previstas pelo Art. 87 da Lei Federal 8.666/93;

15.12 – Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante:

- a) I Minuta do Contrato;
- b) II Projeto Básico de Engenharia;
- c) III Planilha de orçamentária;
- d) IV Cronograma Físico-Financeiro;
- e) V Memorial Descritivo;
- f) VI Modelo Proposta de Preços, cabendo ao licitante apresentar anexo detalhado, com preços individualizados e específicos de cada item constante do orçamento;



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

- g) VII Declaração de renúncia ao prazo recursal;
- h) VII Declaração de Menores;
- i) IX Declaração que aceita os termos e condições do edital;
- j) X Declaração de idoneidade;
- l) XI Modelo Termo de Vistoria.

15.13 - Do contrato a ser assinado deverá constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão do contrato, previstas nos Arts. 77 a 79 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

15.14 - A presença do representante de cada licitante na apresentação da proposta é aconselhada para dirimir dúvidas, oposição de assinatura, rubrica e demais registros.

15.15 - No caso de haver renúncia expressa de todos os licitantes presentes da interposição de recurso de que trata o art. 109, I, “a” da lei 8.666/93, a Comissão Permanente procederá de imediato a abertura dos envelopes contendo as propostas dos proponentes habilitados.

15.16 - No caso de não haver a renúncia expressa de todos os licitantes presentes da interposição de recurso, nos termos do item anterior, a comissão permanente designará a data da abertura da nova reunião para o julgamento dos recursos interpostos e abertura dos envelopes “proposta” ficando cientes os licitantes da designação.

15.17 - A empresa que não estiver presente na abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, renuncia ao prazo recursal previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

15.18 - Os atos da administração decorrentes desta licitação, bem como dos termos e normas deste edital, caberão as impugnações e recursos previstos no § 1º 2º e 3º do art. 41, e no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

15.19 - Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Ouro, RS, para quaisquer litígios decorrentes deste Edital;

15.20 - Interessados poderão obter cópia do Edital no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Expedito do Sul, sito na Av. José Pilonetto, nº 741, em horário de expediente, mediante a entrega de CD virgem ou através do site www.santoexpeditodosul.rs.gov.br ou através do e-mail admexpeditense@gmail.com.

15.21 - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 7h30min às 11h30min, e das 13h00min às 17h00min, na Prefeitura Municipal junto a Departamento de Licitações ou pelo telefone (54) 3396-1188.



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO EXPEDITO DO SUL.

SANTO EXPEDITO DO SUL 04 DE MAIO DE 2018.

Este Edital se encontra examinado e
Aprovado por esta Procuradoria Municipal.

AMARILDO NEGRINI
PREFEITO MUNICIPAL

Adelcio Molin
OAB 48.565



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE SANTO EXPEDITO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 90.484.296/0001-56, neste ato representado através do Prefeito Municipal, Senhor **AMARILDO NEGRINI**, brasileiro, casado, residente neste Município, portado do CPF sob o nº 49258958004 e RG sob o nº 4043104654, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, de ora em diante denominada, simplesmente, **CONTRATADA**, com fundamento na Lei 8.666/1993 e alterações posteriores e no **PROCESSO LICITATÓRIO, TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2018**, de 25 de maio de 2018, têm entre si, justo e contratado, o presente instrumento sob as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente Licitação tem por objetivo a Contratação de empresa para executar todas as atividades inerentes a construção do Centro Administrativo com 624,70m², conforme Programa POE/PIMES Badesul – Contrato nº 004/2018, localizado na Rua Luiz Slongo, município de Santo expedito do Sul, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, conforme estabelecido neste edital de Tomada de Preços nº013/2018, ou que venham a integrar por força de aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1- O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária, em conta corrente, agência e banco indicados pela empresa, pelo estipulado na cláusula primeira a quantia de R\$ _____ (_____) para a realização da obra objeto do presente contrato.

2.1.1- Os pagamentos serão efetuados diretamente do **BADESUL** para a **CONTRATADA**, estando toda a documentação correta será de 30 dias do protocolo de entrega no Badesul, da documentação solicitada para ao Município como Notas Fiscais, Boletins de Medição, fotos das obras, empenhos, fiscalização de um Engenheiro do Banco, Negativas do Município e Cadin/RS atualizados.

2.1.2- Os recursos do Contrato Badesul/Pimes não circularão pelo Município.

2.1.3- A Contrapartida será paga pelo Município, em até 15 dias, de acordo com a porcentagem descrita no Quadro de Usos e Fontes do Projeto, sendo os pagamentos proporcionais a Nota Fiscal, não podendo ser parcelados, sendo pagos através de transferência bancária, doc ou depósito na conta da empresa, apresentando o comprovante de pagamento a cada solicitação de liberação.

2.1.4- O CNPJ constante da fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

2.1.5- O pagamento poderá ser susado pela Prefeitura Municipal de Santo Expedito do Sul, caso ocorra inadimplemento das obrigações da Contratada para com a Prefeitura Municipal de Santo Expedito do Sul e/ou erros ou vícios na fatura, o que implicará na devolução do valor eventualmente pago.

2.2- As faturas mensais relativas aos serviços executados pela CONTRATADA deverão conter as quantidades e valores de todos os serviços executados a partir do início das obras figurando como importância a pagar em dado mês, a diferença entre o total já faturado nos anteriores e o do mês em cobrança, devendo constar, obrigatoriamente, nas Notas Fiscais/Faturas, o número da correspondente medição, servindo tal documento de comprovação de recebimento dos serviços e respectivos quantitativos constantes desse documento.

2.3 - Nos preços unitários contratados, estarão embutidas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham incidir sobre os mesmos, bem como os custos de transportes, materiais, perdas, mão-de-obra, equipamentos, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além de outros necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços/obras.

2.4 - O pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas, conforme execução da obra constante no cronograma físico-financeiro incluso no presente edital e apresentado pela licitante, mediante aferição da Prefeitura Municipal, extração de Nota Fiscal, e apresentação de CND (certidão negativa de débitos) do INSS, FGTS e CNDT em todas as parcelas. Os pagamentos serão proporcionais aos percentuais de conclusão de cada etapa do cronograma físico inclusos no presente edital e apresentado pela empresa licitante.

2.5 - O pagamento da primeira parcela será ao término da etapa do cronograma físico, após vistoria do Setor de Engenharia por meio de Engenheiro responsável pela fiscalização, ficando condicionado à apresentação da matrícula da obra no INSS e da guia de ART assinada por responsável técnico referente a execução da mesma.

2.6 - O pagamento da última parcela fica condicionado a conclusão da obra e após vistoria pelo Engenheiro responsável pela fiscalização, além da apresentação da CND da matrícula da obra no INSS.

2.7- Os preços cotados poderão ser reajustados nos termos da Lei nº 8.666/93.

2.8- Se, das avaliações estabelecidas nos itens anteriores resultarem exigências a cumprir, o CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento das parcelas de recursos correspondentes até que sejam atendidos pela CONTRATADA todos os requisitos correspondentes que, em decorrência, vierem a ser formulados pelo Município de Santo Expedito do Sul, através de laudos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.1- A empresa deverá apresentar, quando da assinatura do Contrato, no valor correspondente a 5% (cinco pontos percentuais) do mesmo, garantia de execução contratual na modalidade caução em dinheiro ou fiança bancária ou seguro garantia nos termos do item 13.1 deste edital e conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

3.2- A CONTRATADA fornecerá garantia dos materiais e serviços, pelo prazo de 05 (cinco) anos, que começará a contar findo o prazo de 90 (noventa) dias da garantia legal de que trata a Lei 8.078/90, contados do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços executados.

3.3- O objeto deverá ser executado nas quantidades, especificações e características conforme descrito no projeto, planilha orçamentária e memorial descritivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1- O prazo para conclusão da obra será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, se houver necessidade do contratante mediante a justificativa cabível.

4.2- O prazo para início da prestação do serviço é imediato, após a assinatura deste e a ordem de início.

CLAUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - À CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes penalidades, garantindo-lhe, porém, o direito a ampla defesa e contraditório:

a) Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento das condições fixadas para o atendimento dos serviços previstos no contrato;

b) Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, por atraso na conclusão das obras, limitado este a 20 dias, após os quais será considerado inexecução parcial do contrato e a empresa sofrerá as sanções cabíveis;

c) Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um) ano;

d) Multa no valor correspondente de 12% (doze por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos, rescindido o contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais;

e) Causar prejuízo material resultante diretamente da execução contratual: declaração de idoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja ressarcida a administração pelos prejuízos resultantes e após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, cumulada com multa de 12% sobre o valor atualizado do contrato.

f) Outras penalidades em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei 8.666/93.

5.2- Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

6.1-Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada e codificada sob o nº:

4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1- A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da CONTRATADA assegura ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, independente de notificação extrajudicial, respondendo aquela por perdas e danos apurados administrativamente e judicialmente.

7.2- Ficará o presente contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

a) Cessão ou transferência no todo ou em parte, dos direitos e obrigações emergentes deste contrato sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

b) Descumprimento de qualquer cláusula do presente contrato ou de qualquer disposição constante no edital de TOMADA DE PREÇOS 013/2018.

7.3- O presente contrato poderá ainda ser rescindido por comum acordo entre as partes contratantes, mediante Termo de Rescisão ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, por conveniências administrativas, mediante notificação através de memorando com prova de recebimento.

7.4- Em qualquer das hipóteses de rescisão contratual previstas nestas cláusulas, ou na Lei 8.666/93, o CONTRATANTE não efetuará pagamento de qualquer natureza nem reembolsará a CONTRATADA, indenizações ou quantias devidas a qualquer título a terceiros ou subcontratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1- Executar os serviços contratados, fornecendo os materiais e a mão-de-obra, de acordo com as especificações técnicas contidas na TOMADA DE PREÇOS 013/2018 e seus Anexos, bem como aquelas contidas na Proposta Comercial da CONTRATADA.

8.2- Indenizar, imediatamente, os danos eventualmente causados aos serviços e à imagem do MUNICÍPIO e a terceiros, provocados pela ineficiência ou irregularidades cometidas na execução dos serviços, ainda que involuntários, praticados durante a execução dos mesmos.

8.3- Pagar tudo que legalmente compete ao empregador, tal como salário, incluindo o 13º, férias, licenças, seguros de acidentes do trabalho, assistência e previdência social e todos os demais ônus inerentes ou próprios da relação empregatícia, compreendidas, também, as obrigações fiscais e a responsabilidade civil para terceiros, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos sobre o preço proposto e contratado.

8.4- Apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas do recebimento da solicitação, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na TOMADA DE PREÇOS 006/2018 e neste Contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, Certidões Negativas de Débito Salarial, expedida pela Delegacia Regional do



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

Trabalho - DRT, bem como despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do Contrato.

8.5- Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção.

8.6- Apresentar a ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) no início da execução dos serviços.

8.7- Cumprir integralmente o contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados.

8.8- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo responsável pela fiscalização do Contrato, na execução dos serviços contratados.

8.9- Cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou de seus prepostos.

8.10- Responsabilizar-se pelo comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integralmente por todos os danos e atos ilícitos resultantes da ação ou omissão dos mesmos.

8.11- Providenciar a colocação de placas informativas relativas ao objeto contratado.

8.12- Apresentar, antes do início dos serviços, o registro e o recolhimento devido junto ao INSS, referentes à obra contratada.

8.13- Obedecer o prazo e às condições de garantia estipulados pelas Cláusulas deste Instrumento.

8.14- Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente Contrato.

8.15- Responsabilizar-se por danos oriundos da execução da obra, devendo providenciar imediatamente a restauração e/ou conserto, de acordo com o original, tanto em logradouro público como de qualquer outros bens que possa danificar.

8.16. Fornecer todas as ferramentas e equipamentos necessários à execução das tarefas e serviços com qualidade e segurança.

8.17- A CONTRATADA designa o Engenheiro (ou Arquiteto), Sr. _____, portador da CI nº _____, CPF nº _____ e CREA (ou CAU) nº _____, residente em _____, como responsável técnico pela execução dos serviços, objeto deste Instrumento, que deverá acompanhar a obra no mínimo duas vezes por semana, ficando registrado no Diário de Obra com atesto do responsável pela fiscalização do município e o Sr. _____, portador da CI nº _____, CPF nº _____, residente em _____, como encarregado de obra, da empresa, que deverá permanecer diariamente no canteiro de obra acompanhando os trabalhos.

8.18- A empresa deverá manter Diário de Obra atualizado diariamente com fatos, acontecimentos e tarefas executadas.

8.19- Todos os funcionários da empresa deverão ser lotados na matrícula CEI da obra.

8.20- A responsabilidade de solicitação de aditivo de tempo deverá ser da empresa contratada, com antecedência mínima de trinta dias, para os casos fortuitos, caso contrário não será concedido e incorrerá na multa estipulada pelo edital.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9.1- Este contrato é vinculado ao Edital de TOMADA DE PREÇOS 013/2018 e Lei 8.666/93 e alterações posteriores, estando as disposições constantes no edital como se aqui estivessem transcritas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para dirimir qualquer questão fundada no presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de São José do Ouro, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para um só efeito legal.

Santo Expedito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, aos ___ dias do mês de _____ de 2018.

Este Edital se encontra examinado e
Aprovado por esta Procuradoria Municipal.

AMARILDO NEGRINI
PREFEITO MUNICIPAL

Adelcio Molin
OAB 48.565



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul**

**ANEXO VI – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2018**

À Comissão de Licitações

Apresentamos abaixo nossa proposta de preços para a execução, em regime de empreitada global, fornecimento de material e mão de obra para construção de Centro Administrativo, no Município de Santo Expedito do Sul RS, e obras complementares necessárias à execução da empreitada. E demais materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, nos termos especificados no edital em epigrafe e seus anexos, a saber:

Nosso preço global para o fornecimento de material e execução da obra para a pavimentação acima mencionada é de R\$..... (.....), sendo:
Mão-de-obra – R\$ (.....)
Materiais – R\$ (.....)

DECLARAMOS ainda o que segue:

1. Declaramos que o preço global por nós ofertado será para executar a obra conforme todas as exigências do projeto Executivo disponibilizado e descrito neste Edital.
2. Declaramos que entregaremos a obra, conforme cronograma estipulado no edital de **12 (doze) meses**.
3. Declaramos que estamos de acordo com os itens referentes ao cronograma físico-financeiro, prazos e pagamentos.
4. Declaramos que o preço unitário e o preço global da proposta compreendem todas as despesas relativas à completa execução dos serviços projetados e especificados, incluso o fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessários, encargos sociais, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e encargos inerentes.
5. Declaramos que o prazo de validade para a nossa proposta é de 12 (doze) meses.
6. Declaramos que o **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) utilizado é de (.....por cento)**.
7. Declaramos que nos responsabilizamos pela execução das obras e/ou serviços e pela fiel observância das especificações técnicas.

Local e data

(Assinatura e Carimbo)

Identificação (CPF e RG) do Responsável pela Empresa Licitante
RAZÃO SOCIAL – CNPJ – ENDEREÇO – TELEFONE



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul**

ANEXO VII – MODELO

**DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL
DA FASE DE HABILITAÇÃO**

_____, CNPJ Nº _____,
(Empresa)

sediada à _____
(Endereço Completo)

participante do **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 013/2018**, declara, na forma e sob as penas da Lei Federal N. 8666/93, obrigando a empresa que respectivamente representa, que, se habilitada, não pretende recorrer da decisão da CPL quanto ao julgamento do Env. 01 – Documentação, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o andamento do procedimento licitatório.

Santo Expedito do Sul RS, ____ de _____ de 2018.

(Nome completo do Declarante = Diretor, Sócio-gerente ou Equivalente)
(N. da CI do declarante)
(Assinatura do declarante)



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul**

ANEXO VIII – MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF

Ao

Município de Santo Expedito do Sul - RS

Certame: Tomada de Preços nº 013/2018

Objeto: Construção de Centro Administrativo em Empreitada Global

Prezado(a) Senhor(a):

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de _____.



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul**

**ANEXO XI – MODELO
DECLARAÇÃO QUE ACEITA OS TERMOS E CONDIÇÕES DO EDITAL**

**Ao
Município de Santo Expedito do Sul - RS
Certame: Tomada de Preços n° 013/2018
Objeto: Construção de Centro Administrativo em Empreitada Global**

DECLARAÇÃO QUE ACEITA OS TERMOS E CONDIÇÕES DO EDITAL

(Nome da Empresa), CNPJ n.º, sediada em....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que aceita os termos e condições do Edital em epígrafe, em todas as fases da licitação e que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento do objeto licitado.

Local, de de 2018.

Nome completo e assinatura do declarante responsável pela licitante
CPF e RG



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul**

**ANEXO X – MODELO
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**Ao
Município de Santo Expedito do Sul - RS
Certame: Tomada de Preços n° 013/2018
Objeto: Construção de Centro Administrativo em Empreitada Global**

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Nome da Empresa), CNPJ n.º, sediada em....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, de de 2018.

Nome completo e assinatura do declarante responsável pela licitante
CPF e RG



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul**

**ANEXO XI – MODELO
TERMO DE VISTORIA**

**Ao
Município de Santo Expedito do Sul - RS
Certame: Tomada de Preços n° 013/2018
Objeto: Construção de Centro Administrativo em Empreitada Global**

TERMO DE VISTORIA

Atestamos, para os devidos fins, nos termos do **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 013/2018**, que a Empresa _____ CNPJ N.º _____, CRA _____ visitou o local das obras e serviços, sito a rua Luiz Slongo, no município de Santo Expedito do Sul RS, no dia ____ / ____ /2018. Nessa visita a empresa, por meio de seu representante, o (a) Sr. (a). CPF: _____ RG _____ CREA _____ tomou ciência das condições atuais do terreno, suas instalações, das obras e serviços a serem realizados.

Santo Expedito do Sul RS, RS, de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal da empresa

Assinatura do representante da Prefeitura de Santo Expedito do Sul